

Oposição resgata credibilidade do PDOT

O novo PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal está com um novo prazo para discussão, 30 de outubro. Desde que o Executivo encaminhou seu projeto à Câmara Legislativa foram seguidos adiantamentos para sua votação. Eles poderiam ter sido evitados. Bastaria o GDF proceder em conformidade com a legislação específica: a Lei Orgânica do DF.

Quem não se lembra do projeto de PDOT que o Executivo encaminhou para ser votado às pressas na convocação extraordinária da Câmara em julho?

Pois bem, não fosse nossa luta e de toda a bancada do PMDB para dar um Plano Diretor digno ao DF, além de resgatar seu caráter democrático, promovendo oportunidades para que toda a sociedade se manifestasse, através de audiência pública ou de sugestões isoladas, o que teríamos seria uma PDOT inteiramente desconexo e ineficiente.

Nossa bandeira inicial era a da devolução do projeto ao Governo para que fossem compiladas todas as contribuições, críticas e exigências que partiram das audiências públicas, notadamente

as relacionadas com os aspectos ambientais e de preservação do Plano Piloto como Patrimônio Cultural da Humanidade. Estas sugestões, relevantes por sinal, deveriam ser obrigatoriamente objeto de esmerada revisão por parte do Executivo, dada a abrangência técnica das questões levantadas, afetadas a órgãos do próprio governo e por ser prerrogativa daquele Poder.

As contribuições das audiências públicas não se restringiram a aspectos superficiais. Foram mais complexas, chegando a questionar aspectos conceituais e de macrozoneamento. Merece ser ressaltada a contribuição de entidades conceituadas, como IAB, o CREA, a UnB e o OAB, além de ONGs defensoras do meio ambiente. Ressalta-se também a discordância de órgãos do próprio governo em relação ao PDOT sobre questões de áreas de preservação ambiental (levantadas pelo Iema) e de abastecimento de água e esgotamento sanitário (levantadas pela Caesb).

Como não houve por parte do GDF a iniciativa de retirar o projeto de lei para reavaliação, a própria Câmara Legislativa está discutindo interna e exaustivamente as 386 emendas, assim como as sugestões originárias das audiências públicas, muitas delas contempladas nas próprias emendas, buscando resgatar a eficiência e legitimidade do Plano Diretor.

Ainda temos uma tarefa árdua até 30 de outubro. Mas, certamente, o novo PDOT será um documento que representa os anseios da comunidade nas questões de política urbana e ordenamento territorial do DF para a próxima década.